

UM DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: A “CONTROVÉRSIA DE 70”

*Ender Lucas Ferreira*¹

Mestrando em Economia (UNIFAL)

enderlf@yahoo.com.br

*Roberto Pereira Silva*²

Doutor Docente do Departamento de Economia (UNIFAL)

Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar o debate sobre a distribuição de renda no Brasil a partir da divulgação do Censo de 1970, no que ficou conhecido por “Controvérsia de 70”. O artigo chama atenção para os diferentes autores, instituições e metodologias, as quais contribuem para dar sentido ao complexo campo analítico da história do pensamento econômico no Brasil. Para chegar à conclusão, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre os principais autores que trataram o tema no início de 1970.

Palavras-chave: Controvérsia de 70. História do pensamento econômico brasileiro. Distribuição de renda. Economistas. História Econômica.

Abstract

This article focus on analyze the debate about the distribution of wealth in Brazil through the data provided by the 1970 Census, in what was known as "Controversy of 70". The article calls attention to the differents authors, institutions and methodologies, in which each one contribute to give meaning to the complex analytical field of the history of economic thought in Brazil. To reach the conclusion, a bibliographical research was done on the main authors who dealt with the subject in the beginning of 1970.

Keywords: Controversy of 70. History of economic thought in Brazil. Distribution of wealth. Economic history.

¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).

² Professor da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL).



Introdução

A trajetória do pensamento econômico brasileiro no século XX mostra que, em diferentes momentos, houve disputas em torno das propostas de políticas econômicas com importantes reflexos sobre a sociedade (SAES; SAES, 2006). Com a divulgação do Censo em 1970, desencadeia-se o que ficou conhecido como a “Controvérsia de 70”, a qual reúne economistas das mais diversas instituições, que se baseavam em diferentes métodos de análise, mas que quando analisados em conjunto marcam as disputas em torno das interpretações sobre a política econômica empreendida no período conhecido como “Milagre Econômico”. A “Controvérsia de 70” marca, assim, as divergências entre economistas, que se rivalizaram entre interpretações sobre as desigualdades de renda do início de 1970.

Contra as análises maniqueístas e reducionistas, a dimensão analítica neste trabalho é orientada pelas controvérsias. Neste sentido, os posicionamentos entre economistas são de suma importância para lançar luz sobre autores, instituições, tipologia interpretativa e palcos de disputas entre economistas no Brasil do início de 1970. Assim, de um lado estão os economistas ligados ao governo que visavam dar sustento a uma explicação oficial, a arena de debates estava, portanto, marcada por economistas da oficialidade, aqui se chama atenção para o posicionamento de Delfim Netto e Carlos Geraldo Langoni. Por outro lado, os resultados do Censo ensejaram outro tipo de interpretação dos economistas que assumiram um viés crítico, sendo estes aqui representados por Paul Singer, Rodolfo Hoffmann, Edmar Lisboa Bacha, Albert Fishlow, John Wells e Pedro Malan.

Esse artigo tem como objetivo revisitar os principais termos do debate sobre a distribuição de renda no Brasil a partir da divulgação do Censo de 1970. Naquela época, quais autores vieram à arena do debate? Em quais instituições de produção de conhecimento este estavam vinculados? Como diferentes autores se rivalizam nas propostas interpretativas? Como os economistas reivindicavam as interpretações acerca da distribuição de renda no início de 1970? Tais questões tornam-se relevantes na compreensão de como a distribuição da renda é examinada, projetada e interpretada por diferentes propostas de orientações políticas. Para chegar à conclusão, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre os principais autores que trataram o tema no início de 1970.



Para tanto, o artigo está estruturado em quatro partes além dessa introdução. A próxima seção visa compreender o desenvolvimentismo como base de interpretação da trajetória da história do pensamento econômico brasileiro ao longo do século XX. Na seção seguinte apresenta-se o debate entre de um lado Carlos Geraldo Langoni e de outro os economistas críticos. Em seguida, faz-se uma breve discussão e, por último, são feitas as considerações finais.

Uma proposta interpretação: metodologia e periodização.

Examinar a literatura produzida acerca de uma realidade histórica é um processo tortuoso, pois existe iminente risco de cair em uma análise maniqueísta. Apesar da inerente dificuldade, este exercício torna-se importante para caracterizar a trajetória das ideias econômicas em voga no Brasil naquele período. Assim, contra o simplismo interpretativo, busca-se, primeiramente, contextualizar a trajetória das ideias mais gerais no escopo da história do pensamento econômico brasileiro. Em seguida, lança-se luz sobre os temas, sujeitos, propostas de intervenção política e as diferentes ideologias que embasam o pensamento econômico na primeira década de 1970.

As obras de Ricardo Bielschowsky procuraram sistematizar a história do pensamento econômico brasileiro. Em 1988 é lançado a seu livro *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*, na qual encontra nas questões relativas ao desenvolvimentismo o significado histórico da história do pensamento econômico brasileiro. Em 2005, Bielschowsky e Mussi no artigo *O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005* engloba em suas análises os desdobramentos acerca do desenvolvimentismo para períodos mais recentes.³

Segundo Bielschowsky, o conceito-chave que organiza o pensamento econômico de 1930 até 1964 é o de “desenvolvimentismo”, entendido como a ideologia norteadora

³ Para mais informações sobre análise metodológica sobre história do pensamento econômico brasileiro ver Malta *et al.* 2011.



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

de transformações da sociedade brasileira, composta dos seguintes pontos fundamentais: i) industrialização integral para superar o subdesenvolvimento; ii) não há meios de alcançar uma industrialização exclusivamente pelas forças do mercado, por isso o apoio do Estado é necessário; iii) o planejamento define as direções do Estado e a expansão desejada dos setores econômicos; e, iv) O Estado deve capitanear a execução da expansão. A partir de 1964 até 1980, desenvolve-se o que o autor denominou como “ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”. Assim, contra a perda de um enfoque norteador, assume-se que o debate sobre desenvolvimentismo é o pano de fundo nos quais diferentes interpretações são expostas (Bielschowsky, 1998).

Grandra (2004) tem por objetivo delinear a história do pensamento econômico brasileiro, a partir da segunda metade do século XX. Segundo este autor, a distribuição de renda assumiu um papel importante durante a década de 1970, o que suscitou um debate ficou conhecido como “Cotrovérsia de 70”. Havia duas vertentes, de um lado a explicação de Carlos Geraldo Langoni (1973), cuja explicação se baseava em Simon Kunitz à Teoria do Capital Humano. De outro, estão autores como Fishlow (1972), Hoffmann e Duarte (1972) e Bacha e Taylor (1980), os quais enfatizam elementos funcionais de distribuição da renda e de segmentação do mercado de trabalho (GRANDARA, 2004).

Malta *et al.* (2011) observa que é também o desenvolvimentismo a espinha dorsal de toda a produção econômica que surgiu no Brasil. Apesar de, em contraste com os postulados de Bielschowsky, a periodização proposta por esta autora ser mais abrangente, isto é, engloba um período de gestação das ideias desenvolvimentista em 1928 e cujos os desdobramentos se dão até 1988-1989. Assim, segundo Malta (2011) estudar a história do pensamento econômico brasileiro é enfrentar a questão do desenvolvimento econômico, com suas determinações históricas específicas do subdesenvolvimento periférico.

Conforme explicitamos ao longo de nosso argumento, consideramos que a noção que dá origem a uma boa base para a análise das controvérsias que constituíram a história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989 é a noção de desenvolvimento. (...)De fato, os projetos em disputa são bastante diversos, seus referenciais analíticos são variados e, em alguns casos, importantes, bastante ecléticos. A



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

variedade de abordagens e de projetos políticos influencia também os caminhos e os temas dos debates. (MALTA *et al.*, 2011, p. 35)

Contudo, encontramos nos autores supracitados algumas deficiências, tais como o conceito de controvérsia, de ideologia e sua análise são excessivamente centrados em argumentos racionais, mas que não consegue discernir as filiações institucionais, profissionais debatedores e, tampouco, insere a controvérsia em um conjunto de disputas pela orientação da política econômica do Estado, o que passa legitimação da interpretação econômica da realidade brasileira e da proposta de políticas econômicas.

Assim, faz-se necessário analisar a história do pensamento econômico brasileiro a partir de duas questões principais: como os diferentes autores se rivalizam nas propostas interpretativas acerca dos resultados do desenvolvimento econômico? Como os economistas reivindicavam as interpretações acerca da distribuição de renda?

Primeiramente, torna-se adequado se debruçar sobre uma periodização para a compreensão das correntes de pensamento econômico no Brasil, pois se defende aqui que as ideias econômicas estão intimamente ligadas ao contexto que as tornaram possíveis. Assim, em 1972 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou o Censo de 1970 com os dados referentes à população brasileira. Os dados considerados indicavam que a distribuição de renda havia piorado. Os resultados do Censo não eram apenas pontuais, mas indicavam naquele período também os resultados do tipo de desenvolvimento econômico perseguido no que ficou conhecido como “Milagre Econômico”. Despontavam-se, a partir daí, diferentes interpretações e propostas de intervenção econômica. Sobre essa controvérsia afirma Bielschowsky

Uma vez plenamente instalado o auge expansionista, a questão do “modelo” de crescimento, especialmente a de suas relações com a distribuição de renda, transformar-se-ia no grande divisor de águas entre o pensamento desenvolvimentista de governo e o de oposição. De um lado, o governo exibia cifras de crescimento da renda e do emprego, argumentando que a expansão era portadora de melhoria das condições de vida da população. De outro, os críticos mostravam estatísticas que salientavam concentração de renda nos anos 1960, e caracterizavam como socialmente perversa a trajetória de expansão consagrada pelo regime militar. O auge se estenderia até os meados dos anos 1970, quando, aos poucos, tornar-se-ia claro para os participantes do debate brasileiro que as condições para o prosseguimento da expansão acelerada estavam se deteriorando (BIELSCHOWSKY, 2005, p. 5).



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

Em segundo lugar, considera-se que ao remontar o tema da distribuição de renda, com os autores envolvidos, deve-se também chamar atenção para questões que dizem respeito às instituições nas quais se deu o referido debate. O enfoque aqui apresentado ganha relevância a partir dos arranjos e dinâmicas institucionais que conferiram interpretações sobre os resultados do Censo de 1970. E essa dinâmica é compreendida a partir da modernização da ciência econômica no Brasil. Nesse sentido, analisa-se a “Controvérsia dos anos 70” considerando um breve panorama das instituições que ligavam os economistas ao governo, a modernização do ensino de pós-graduação em Economia, os institutos de produção de conhecimento envolvidos, as obras produzidas como livros e artigos. Na próxima seção é apresentado os marcos do debate que deram contorno a essa dinâmica.

O debate:

Nesta seção, analisam-se os principais argumentos levantados após da divulgação do Censo de 1970. Ao remontar esse debate, chama-se atenção para as diferenciações entre as interpretações entre economistas que, de acordo com a ocasião, construíram diferentes análises. Assim, como chamam atenção Saes e Saes (2015):

(...)uma metodologia de História do Pensamento Econômico não pode ignorar que a análise econômica está imbricada com o projeto político, não somente no que diz respeito aos formuladores de política econômica, como também aos intérpretes da economia. Todo e qualquer personagem que escreve, discursa ou pensa sobre a teoria econômica está inserido num ambiente institucional e compreende a sociedade a partir de determinados preceitos ideológicos e experiências históricas (SAES; SAES, 2015, p.49).

Desse modo, as produções entre os economistas aqui escolhidas visa lançar luz sobre os autores, instituições nos quais são produzidas as análises econômicas, e que, a partir daí, ensejam propostas de projeto político. Assim, considera-se, primeiramente, a obra *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil* de Carlos Geraldo Langoni, publicada em 1973. Em seguida, analisam-se os principais argumentos



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

levantados contra as interpretações e reunidos no livro organizado por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli intitulado *A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento*, publicado em 1975. Nestas obras, estão diferentes estudiosos que compreendem a questão a partir de uma multiplicidade de visões, mas todos têm em comum fazer críticas aos postulados de Langoni. Aqui chama-se atenção para os trabalhos de Paul Singer, Rodolfo Hoffmann, Edmar Lisboa Bacha, Albert Fishlow e Jhon Wells.

A explicação oficial:

Carlos Geraldo Langoni se formou em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1966. Devido ao seu bom desempenho como estudante recebeu uma bolsa de estudos da Fundação Ford para cursar pós-graduação na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Em 1969, recebeu o título de mestre, e, no ano seguinte, o de doutor. Ao retornar ao Brasil, em 1970, trabalhou no Instituto de Planejamento Econômico e Social, instituto ligado ao Ministério do Planejamento. No ano de 1971, iniciou a carreira de docente, na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Foi também professor do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP). Em 1979, ocupou a diretoria da área bancária do Banco Central e, em janeiro de 1980, tornou-se o presidente do Banco Central⁴.

Ao selecionar a obra supracitada de Langoni, evidencia-se que esta traz em seu bojo análises econômica que estão entrelaçadas questões de um determinado período. Autor e obra, desse modo, são importantes para compreender as ideias econômicas em disputa, em especial, aquelas que se rivalizavam para contribuir com a explicação a favor ou contra os resultados divulgados pelo Censo de 1970.

Na introdução do livro Carlos Langoni contesta as produções que, segundo ele, são falaciosas na tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de piora ou redução do bem-estar naquele contexto histórico. Argumenta esse autor que a desigualdade do período está associada à educacional da força de trabalho, à

⁴ Para um resumo da biografia de Carlos Geraldo Langoni ver:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

transferência de mão-de-obra do setor primário para o urbano e a maior participação de jovens e mulheres no mercado. Feito essa consideração, os objetivos traçados na sua obra visam estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970, não apenas para o total do Brasil, mas também separadamente por diferenças regionais e por setores. Em seguida, tentar explicar quais são causas para as mudanças observadas durante a década.

Estes resultados deixam claro o pouco significado que um índice de concentração pode ter como indicador de bem-estar (...) Ao mesmo tempo eles sugerem que o aumento de desigualdade é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento (...) esta diferenciação de produtividade é refletida no mercado por uma diferenciação de salários que por sua vez toma a forma de um aumento de desigualdade (...) (LANGONI, 1973, p. 52).

Assim, Langoni compara os grupos de indivíduos com características semelhantes: ocupação, idade, sexo, tipo de treinamento (formal e no trabalho), tipo de atividade, local de trabalho, *status* familiar etc. Ao estabelecer essa forma de análise, torna-se possível dar algum significado, em termos de avaliar o bem-estar, às mudanças observadas nas participações relativas das rendas de cada grupo dentro do total da renda.

A partir dos resultados o autor estabelece duas qualificações. A primeira está associada a duas características do processo de desenvolvimento econômico: a transferência de mão-de-obra do setor primário para o setor urbano e a redução do setor de subsistência dentro do próprio setor primário. Na medida em que os dados censitários só permitem mensurar as rendas monetárias, as diferenças de renda real nos dois períodos poderão estar exageradas principalmente no que diz respeito aos decis inferiores da população. A redução já mencionada da proporção do pessoal sem rendimento da População Econômica Ativa (PEA) entre 1960 e 1970 (de 15% para 9,5%) é, sem dúvida alguma, uma forte indicação da importância deste fator no caso brasileiro.

Em segundo lugar, há um processo de incorporação de novos elementos na força de trabalho geral que, normalmente, se dá via classes de renda mais baixa devido à forte preponderância neste grupo de mulheres e pessoas com menos de 20 anos. Esta é uma das facetas daquilo que o autor denomina de ‘fator de escala’, e que está implicitamente



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

incorporado ao lado dos efeitos puramente distributivos, quando a comparação é feita com base nos dados censitários.

Isto permite auferir que essa análise anterior chama novamente a atenção para o pouco significado que, muita vezes, pode ter uma distribuição de renda menos desigual quando as diferenças em níveis absolutos e *performance* de crescimento são tão marcantes como as sintetizadas na comparação do setor primário com o setor urbano. Em relação ao índice de concentração, o setor primário não só apresentava os mesmos valores de 1960 (Gini de 0,43 e 0,48 para o urbano), como também a menor taxa de variação no período de 1960/70 (3% e 14% para o urbano). Ambos refletem as características de maior homogeneidade e menor dinamismo do setor primário em comparação com os demais setores da economia. A maior homogeneidade se reflete principalmente na composição da PEA no setor primário, onde há forte presença de analfabetos e indivíduos com pequena qualificação escolar, que se constituem 98% do total. Já no setor urbano, a proporção de analfabetos é de 14%. O menor dinamismo está sintetizado na taxa média de crescimento da renda real: 14% no setor rural, em contraste com 42%, observado para o setor urbano.

Em suma, o processo de desenvolvimento acarretou mudanças qualitativas importantes. Segundo Langoni é importante reconhecer que o salário mínimo estava declinando desde 1961 e que a política de contenção salarial posta em execução em 1965 e 1966, era um apêndice da política antiinflacionária, procurando corrigir uma situação anormalíssima de taxas de inflação de ordem de 100%. “As consequências negativas de curto prazo foram compensadas pelos benefícios da retomada do crescimento a partir de 1966” (LANGONI, 1973, p. 78). Isto é, os resultados são um produto de curto-prazo dentro de quadros mais gerais de crescimento econômico e por isso elas se justificam.

Desse modo, fica claro para Langoni, que as modificações ocorridas entre os diversos setores contribuíram, ainda que de maneira modesta, para o aumento de concentração. Entre as diversas componentes o maior impacto foi causado pelo aumento de desigualdade dentro de cada setor e, particularmente, pelo que ocorreu entre os grupos que estão no setor urbano.

Em que se pese a contribuição das desigualdades regionais, afirma Langoni que o aumento na desigualdade global foi uma consequência direta do aumento substancial de



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

desigualdade dentro das regiões que compõe o Brasil. Este efeito foi reforçado pelo fato dos maiores acréscimos na renda terem sido justamente nas regiões com maior peso na participação da renda total, como, por exemplo, o caso de São Paulo onde, demonstra o autor, que o índice de concentração aumento 60% entre 1960 e 1970.

Segundo Langoni essa diferença de rendimentos se justificativa para a relação entre nível de educação e remuneração do trabalho. “Os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade, cuja contrapartida no mercado é o ganho de salário real e que se constituem justamente nos benefícios (privados) destes investimentos” (LANGONI, 1973, p. 103). Existe, desse modo, uma relação positiva entre aumento marginal da educação com a produtividade, ou seja, uma maior escolaridade contribui para um aumento marginal na renda individual.

Como pode ser observado, as maiores diferenças de renda estão associadas às diferenças de níveis de educação: em 1970 a educação primária resulta em um acréscimo de 0,34 no log da renda em relação aos analfabetos, o ginásio em cerca de 0,89 e o superior em cerca de 2,00. (LANGONI, 1973, p. 110).

Nos cálculos apresentados pelo autor, estima-se que 51% das diferenças observadas de renda em 1960 e 59% em 1970 são explicadas por nível de escolaridade, idade, atividade, região e sexo. O aumento de importância dessas variáveis, no período, é consistente com o princípio de que a proporção da renda atribuída à acumulação do capital humano tende a aumentar com o desenvolvimento da economia. Ou seja, as interpretações do autor estão calcadas em explicação cuja primazia é exclusivamente individual. Neste sentido, interpreta Langoni, o grupo de indivíduos que recebe renda monetária inferior ao salário mínimo é formado, em grande parte, por analfabetos que estão fortemente concentrados no setor primário. Seus baixos níveis de renda refletem, portanto, os seus baixos níveis de produtividade.

Este resultado está condizente com a ideia de que a educação tem dois efeitos básicos sobre o indivíduo: primeiro, é o aumento da produtividade marginal, isto é, quanto maior o nível de educação, tanto maior é a produtividade e, conseqüentemente, maiores salários receberá o indivíduo; segundo, um efeito alocativo, que se reflete na capacidade



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

de absorver informações, e, conseqüentemente, resultará em vantagens no mercado de trabalho.

Após a divulgação dos trabalhos de Carlos Geraldo Langoni em 1973, suscitou-se um debate acerca da temática da distribuição da renda no Brasil. Assim, diferentes economistas, inspirados por diferentes interpretações e propostas metodológicas, buscaram investigar outros determinantes dos resultados consubstanciados nos resultados do Censo de 1970.

A interpretação dos críticos:

A divulgação dos resultados do Censo de 1970 não apresentou posições uníssonas entre os economistas, do contrário, deu fomento a análises diversas, as quais são capazes de estabelecer distintas posições e avaliações econômicas, configurando-se assim um debate. Contudo, neste trabalho enfocam-se as posições de Paul Singer, Rodolfo Hoffmann, Edmar Lisboa Bacha, Albert Fishlow e John Wells, pois estes participam do referido debate com análises teóricas e empíricas, o que são aspectos que conseguem captar os termos das controvérsias.

Paul Singer (1975) parte dos resultados do Censo de 1970 os quais demonstram que a repartição da renda tinha se tornado ainda mais regressiva ao longo dessa década. Para avaliar o período, Singer afirma que no Brasil existe uma conexão entre o desenvolvimento, mediante a expansão do capitalismo, e a repartição da renda.

A taxa de exploração, determinada por fatores histórico-estruturais, a maneira como o excedente total é dividido entre as classes. “Essa divisão depende, em primeiro lugar, do modo como o excedente é apropriado, ou seja, de que maneira é dividido entre a empresa privada nacional, a empresa privada estrangeira e o Estado” (SINGER, 1975, p. 76).

Em 1970, a população urbana constituía a maior parte da população. Essa intensa migração se deu sobre os quadros de uma modificação na estrutura econômica, na qual as atividades de exportação assumiam posição hegemônica. O resultado dessa mudança



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

foi um intenso processo de concentração do capital, mediante o surgimento de grandes empresas.

Acontece que os fluxos migratórios eram muito maiores que o volume de força de trabalho que os setores monopolistas da economia urbana desejavam empregar. Deu-se, assim, a ‘proletarização’ de sua urbanização, nos quadros de um mercado de trabalho cronicamente saturado, particularmente para a grande massa de trabalhadores pouco ou nada qualificados. (SINGER, 1975, p. 90).

A partir de 1964, a situação política formada operou uma forte redistribuição da renda. Nesse contexto, os grandes empregadores foram consideravelmente beneficiados, mas não os únicos. Quando a economia passou novamente a se expandir, de 1968 em diante, o crescimento se deu, sobretudo, nos setores onde predominavam as grandes firmas que empregavam técnicas sofisticadas e, portanto, requeriam mão-de-obra administrativa e técnica especializada (SINGER, 1975).

Assim, é preciso, finalmente, evitar a falácia de se tentar explicar a concentração da renda, que vem ocorrendo no Brasil, pela tendência inerente ao capitalismo de expandir a produção do excedente em ritmo superior ao do crescimento do produto total. Para Singer, a falácia consiste na identificação da renda pessoal com os resultados do produto (SINGER, 1975).

Rodolfo Hoffmann (1975) contribui para o debate e argumenta contra Langoni, do ponto de vista metodológico e, concomitantemente, no exame dos desdobramentos do “modelo” de política econômica que se iniciou desde 1960. Esse “modelo” se configurou em um padrão de crescimento que reforçou a desigualdade entre os assalariados e os operários.

Esse aumento da diferença entre os salários médios de operários e empregados administrativos foi um dos fatores que contribuiu para aumentar o grau de concentração da renda entre os assalariados. Em que se pese o valor dessa concentração, constatou-se que, no Brasil, entre 1960 e 1970, seu nível aumentou, e que neste último ano os 10% com rendas mais elevadas detinham mais de 40% da renda total (HOFFMANN, 1975).

Participa ainda da controvérsia Edmar Lisboa Bacha (1975), para este a concentração da renda não se justifica pela educação, mas se reflete no sentido de que é



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

a hierarquia nas organizações o fator fundamental para explicar a abertura salarial no setor urbano brasileiro na década de 1960. Para estabelecer a diferenciação hierárquica, Bacha recorre às interpretações sociológicas de Ralf Dahrendorf, o qual distingue as posições de dirigentes/não-dirigente e uma classe intermediária mas não proprietária denominada de *gerentes*. Assim, essa hierarquia se reflete nos níveis salariais entre os membros da gerência e executivos e os trabalhadores e funcionários.

Parece, então, haver uma segmentação no mercado de trabalho, separando as pessoas que estão empregadas nas atividades produtivas daquelas ocupadas na esfera de controle das organizações empresariais. No primeiro estrato, seguiria valendo os postulados da teoria econômica determinando a taxa salarial com base na qualificação, ou seja, os salários seriam determinados em condições de oferta ilimitada de mão-de-obra não qualificada, pelo salário mínimo e pelos custos de treinamento da qualificação. Já na esfera de controle, aparece apenas um limite inferior para os salários relativos, o qual se associa à classe proprietária nesse sistema.

Bacha entende que a distribuição da renda se dá pela taxa de exploração, entendida como a relação entre lucros e salários dos trabalhadores. Dada essa taxa de exploração, admite-se que também se fixa a relação entre a remuneração de gerentes e os salários dos trabalhadores. Afirmo o autor:

a razão entre remuneração gerencial e o salário dos trabalhadores estará determinada pela taxa de exploração vigente no sistema e não pela maior ou menor importância funcional dos gerentes, medida em termos da escassez relativa de talentos gerenciais disponíveis (BACHA, 1975, p. 137).

Na origem da remuneração dos gerentes está o lucro das empresas. Por outro lado, os trabalhadores têm na fixação do salário mínimo de acordo com os dissídios coletivos. Assim, como as atividades sindicais estavam proibidas, os ganhos salariais se davam em favor dos gerentes. Neste sentido, a explicação de Bacha também chama atenção para os resultados da política econômica adotada pelo governo.

Para Albert Fishlow (1975), o crescimento da renda no Brasil não pode ser traduzido como redistribuição da renda. É preciso oferecer distinções entre o crescimento



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

e como a renda se distribui entre a população. O crescimento pode ser limitado a partir da análise que leve em consideração pobreza de renda como um fator associado às distorções na distribuição da renda. Para ele, então, “mesmo com base em um critério tão limitativo, nada menos que 31% das famílias brasileiras não atingiram um padrão aceitável de renda em 1960” (FISHLOW, 1975, p. 172). Os problemas que são inerentes à pobreza tendem a reproduzir, ou seja, o analfabetismo passado e a pobreza presente estão fortemente correlacionados; estão também associados à pobreza presente, o analfabetismo futuro e a provável pobreza futura. Por essa razão enfatiza-se a incompatibilidade entre crescimento e redistribuição da renda. Afirma Fishlow:

Podemos concluir que a educação representa parte das razões, mas infelizmente não todas, para explicar a distribuição de renda no Brasil em 1960. A pesquisa se estende à composição da variação ‘dentro’ e à contribuição sistemática de características pessoais como sexo, cor e *status* migratório. Por último, restará ainda um grande componente inexplicado. Sua persistência e as características institucionais que a alimentam precisam entrar em qualquer explicação satisfatória da desigualdade de renda (FISHLOW, 1975, p.182).

Fishlow ainda apresenta uma contestação do chamado “Milagre Econômico”. Para este autor, o aumento da desigualdade no período justifica-se pelas políticas de compressão salarial adotada pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em voga no período do governo Castelo Branco entre 1964 e 1967. As políticas salariais do PAEG tiveram como consequência restrições severas sobre os salários nominais. Com a aplicação a ‘inflação corretiva’ – ajustamento dos preços administrado pelo Governo – os salários mínimos reais declinaram em 20%. Tendo em vista que a renda *per capita* cresceu consideravelmente mais rápido no mesmo intervalo, com avanço de 22%, alguém ganhou relativamente. Esse setor é urbano, correspondente aos usufrutuários de renda acima da média, nos subsectores de finanças, comércio etc.

O aumento da desigualdade mede o fracasso de instrumentos monetários e fiscais convencionais aplicados durante a administração Castelo Branco. Em um sentido mais amplo, contudo, o resultado foi indicativo, com precisão, de prioridades: destruição do proletariado urbano como uma ameaça política, e restabelecimento de uma ordem



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

econômica voltada para a acumulação de capital privado (FISHLOW, 1975, p. 185).

Assim, para Fishlow, na ausência de alterações efetivas e profundas nas atividades governamentais, é provável que haja retrocesso da distribuição de renda. É um engano encarar esse resultado como consequência inevitável do crescimento rápido, pois, contrariamente, observam-se certos setores se beneficiaram do tipo de crescimento advindo do período do “Milagre Econômico”. Isto posto, permite-se dizer que neste debate Fishlow atribui também a explicação ao papel do governo na piora da distribuição de renda naquele período.

John Wells (1975) apresenta posição semelhante à apresentada anteriormente por Fishlow, ou seja, a explicação de Langoni apresenta uma argumentação frágil, pois, em primeiro lugar é impossível mostrar diretamente qualquer relação entre educação, produtividade e rendimentos, diante da dificuldade de medir a produtividade da maior parte dos trabalhadores. Em segundo lugar, porque se entende que as pessoas de maior escolaridade dão uma contribuição maior à sociedade. Em terceiro lugar, no caso brasileiro, uma grande proporção da variação explicada pela educação deve-se à crescente variação em rendas para determinado grau de escolaridade.

Contudo, os principais beneficiários da política econômica implantada desde 1964 são as classes médias urbanas em rápida expansão, engajadas, em grande parte, em atividades improdutivas. No entanto, essa explicação desvia nossa atenção para os mecanismos reais de apropriação e distribuição do excedente econômico. Assim, contrariamente a posição de Langoni, chama a atenção,

A conclusão geral é que numa economia caracterizada por oferta abundante de mão-de-obra não-qualificado, o salário mínimo desempenha um papel crítico na determinação da distribuição global dos rendimentos. Durante o período de estabilização, o Governo teve bastante sucesso em controlar os salários mais baixos e foi, portanto, responsável pela deterioração observada na distribuição de rendimentos (WELLS, 1975, p. 223)



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

Argumenta ainda Wells, na última seção do artigo, que a relação entre a distribuição de renda, com a estrutura de demanda, com a propensão a poupar é, de acordo com os argumentos apresentados, inconsistente, pois

pode-se afirmar tentativamente que as mudanças na distribuição de renda não tiveram o importante efeito sobre a produção e poupança que se vem afirmando. E os resultados da pesquisa orçamentária não sugerem que uma maior concentração seja a maneira mais racional de sustentar a demanda (WELLS, 1975 p. 235).

Neste sentido, a explicação de Wells visa refutar as teorias de Langoni, no que diz respeito à distribuição da renda como uma consequência “natural” das transformações econômicas no Brasil. Contrariamente, argumenta Wells que os resultados se devem também a um estilo de crescimento econômico adotado deliberadamente a partir de 1964, ou seja, a péssima distribuição de renda se deu com a participação direta do governo.

Os novos termos ao debate: a Controvérsia de 70 e as instituições de pesquisa.

Remontar o debate sobre a “Controvérsia de 70” contribui para elucidá-la à luz dos caminhos da história do pensamento econômico brasileiro. Neste sentido, pode-se compreender como economistas se engajaram nos estudos e propostas nas análises econômicas. Assim, defende-se aqui que os economistas estavam ligados ao contexto nos quais seus estudos desenvolveram o que colabora no entendimento de que as propostas foram elaboradas em consonância com as instituições nas quais estes pertenciam à época.

No Brasil, os economistas participaram ativamente em órgãos do governo em posições de destaque nas decisões políticas. As conexões entre institutos do governo e o desenvolvimento da profissão dos economistas paulatinamente ficam claras, ao adentrarmos, de maneira resumida, na trajetória da consolidação do ensino de economia no Brasil. Assim, de 1930 até 1964, a participação dos economistas no governo se deu em cargos como o de Ministro da Fazenda, do Planejamento, presidentes, diretores do Banco Central, em instituições de pesquisa e também na condição de assessoria. A partir de 1964, os economistas passaram a ocupar cargos vinculados às estruturas de poder nos



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

governos militares. Ao longo dos anos de 1970, os economistas se projetam no governo como dirigentes e assessores (LOUREIRO, 1997).

Desde os primórdios do desenvolvimento da ciência econômica no Brasil, os vínculos entre acadêmica burocracia econômica foram estreitados. Após 1964, aos poucos, se dá a expansão dos cursos de economia, assiste-se o aumento do número de alunos matriculados, o aumento da produção acadêmica, o desenvolvimento de um quadro institucional e especializado em pesquisas, e inclusive a criação de novas revistas que se dedicam as análises econômicas são componentes de um mesmo e mais amplo processo, que se pode denominar como a modernização da ciência econômica no Brasil (LOUREIRO, 1997).

Durante essa década, os economistas ocupam cargos nos ministérios, no Banco Central, em organismos de pesquisa vinculados ao IBGE e ao IPEA, nos bancos estaduais, no BNDE, nas secretarias econômicas dos estados e municípios. Ao mesmo tempo, com a reforma no ensino superior realizada pelos governos militares e a instalação dos programas de pós-graduação em economia, os novos arranjos institucionais construídos pós-1964 consolidam a ligação entre os cursos universitários de formação de economistas aos quadros dirigentes para a área econômica (LOUREIRO 1997).

Os centros de pós-graduação em Economia passaram a formar seus quadros de pesquisa em consonância com aos problemas econômicos mais abrangentes. Essa relação institutos de pesquisa e órgãos do governo, a partir de 1964, fica mais clara quando resgata-se a trajetória de Delfim Netto⁵. A trajetória deste economista dentro da Universidade de São Paulo e órgãos do governo ajudam a explicar as origens do que posteriormente ficou conhecido como a “Controvérsia de 70”. A posição de destaque

⁵ Dentro dos quadros da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP), a escola passou então por intenso processo de reforma curricular no início dos anos de 1960. Diante das novas demandas para atividades de planejamento que assumiam importância crescente no governo de São Paulo, os professores desta faculdade, em particular Delfim Netto, um dos mentores da mudança, deram nova orientação ao curso, reforçando disciplinas de matemática e de teoria econômica. Além das atividades acadêmicas, Delfim Netto trabalhou como assessor econômico em São Paulo a partir de 1959. Em 1965 trabalhou no Conselho de Planejamento do governo Marechal Castelo Branco. Posteriormente, em 15 de Março de 1967, Delfim Netto substituiu Octavio Bulhões no Ministério da Fazenda. Permanece no cargo durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici, até a posse de Geisel. Em 1973, ainda no Ministério da Fazenda, envolve-se em um debate a respeito de distribuição de renda cujo principal produto é o livro *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, em co-autoria com Carlos Geraldo Langoni. A sua carreira nos quadros oficiais do governo durou até 1984 - Apenas teve uma interrupção entre 1974 e 1979, período em que atuou como abaixador do Brasil na França. Ver Loureiro (1997) & Biderman, C.; Cozac L.; Rego, J. M (1996).



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

ocupada por Delfim Netto é importante para compreender a Controvérsia de 1970, visto que o livro de Carlos Geraldo Langoni foi prefaciado por ele. Na introdução da mesma obra Langoni, cordialmente, agradece aos incentivos dados por Delfim Netto e ao apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o convênio entre o Instituto de Pesquisa Econômica (IPE) da Universidade de São Paulo e o Ministério da Fazenda. Portanto, fica claro os arranjos que ligam o Ministro da Fazenda Delfim Netto e Langoni, em uma interpretação que naquela época assumiu um viés de interpretação oficial. As análises de Langoni (1973) esforçam-se, desse modo, para corroborar as explicações oficiais para um tipo de desenvolvimento adotado no país pós-64.

A obra organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, em 1975, visa criticar as análises oficiais acerca dos resultados do Censo de 1970. Destacam-se nesse trabalho os artigos de Paul Singer (CEBRAP), Rodolfo Hoffman (USP/Esalq), Edmar Lisboa Bacha (UNB), além dos brasilianistas Albert Fishlow (Berkley) e John Wells (Berkley). Figuram nesta obra diferentes interpretações de análises econômicas, mas todos guardam em comum as críticas contra a explicação. Não obstante, acredita-se que as instituições de pesquisa nas quais esses críticos estavam vinculados são essenciais para entendermos o debate.

O Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (CEBRAP) foi criado em 1969. Nesta instituição estavam ligados diversos intelectuais que juntos faziam oposição ao regime militar. Os objetivos gerais do Centro eram fomentar pesquisas e encontros entre intelectuais. Assim, produzia-se críticas e interpretações alternativas ao modelo político e econômico desenvolvidos pelos militares que estavam no poder. As ideias partiam do entendimento de que, após 1964, instaurava-se no Brasil um projeto de modernização conservadora. Assim, os intelectuais ligados ao CEBRAP desenvolviam análises que buscavam entender que no Brasil passava por um ciclo de expansão capitalista com consideráveis consequências econômicas e sociais. Inicialmente figuravam entre os seus participantes Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti, Octávio Ianni e Paul Singer. Posteriormente, novos membros passaram a compor os quadros de intelectuais ligados ao CEBRAP.

Os temas de pesquisas desenvolvidos pelos membros do CEBRAP dizem respeito à demografia, teoria social e metodologia, imigração, urbanismo, imperialismo,



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

dependência e economia brasileira. Internamente, os encontros no Centro eram denominados como “mesões”, em que os membros do grupo reuniam em torno de uma mesa para discutirem assuntos ligados aos temas supracitados. Os “mesões” organizados para discutirem a economia brasileira contaram com a participação de diferentes intelectuais. Foi a partir desses encontros que Paul Singer produziu o seu texto que a investiga as distorções do milagre econômico (SORJ, 2001). Dos trabalhos de Paul Singer destacam temas como urbanização, desenvolvimento e formação do mercado de trabalho interno, fixação de salários como função de movimentos do capital e modos de produção no Brasil. Em especial, sobre a “Controvérsia de 70”, Paul Singer, visa oferecer uma explicação que leve em consideração a estrutura ocupacional na economia brasileira posterior a 1930. O desenvolvimento capitalista no Brasil não foi capaz de lograr uma maior homogeneidade de qualificação e rendimentos. Neste sentido, o artigo de Singer contesta os resultados a explicação “oficial”, a partir da situação imposta pelos governos militares pós-1964 (DEDECCA, 2007).

Rodolfo Hoffmann se formou em Economia e obteve seus títulos de mestre e doutor pela Esalq-USP, ao longo de sua carreira teve grande preocupação em explicar as causas da distribuição da renda entre as classes, utilizando recursos quantitativos. No início de 1970, Hoffman publicou um artigo que originalmente foi apresentado em uma edição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), se debruça sobre o crescimento e desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Segundo próprio Hoffmann (2007), as reuniões da SBPC ganham importância como manifestação contra o regime militar.

Já Edmar Lisboa Bacha desenvolveu sua carreira no Brasil e no exterior, obteve mestrado e doutorado em Yale University. Entre 1971 e 1972, trabalhou na Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (EPGE) e no Instituto Brasileiro de Economia Aplicada (IPEA). Em 1973, passou a lecionar na Universidade de Brasília (UnB). Durante a presença nesta universidade Bacha se engaja nas pesquisas que tinham como objetivo estudar as questões acerca do mercado de trabalho. De modo geral, os seus trabalhos se destacam também por participar de controvérsias que marcaram o desenvolvimento das ciências econômicas no Brasil. Neste sentido, seu artigo publicado no livro organizado por Tollipan e Tinelli engaja-se na controvérsia acerca da distribuição de renda. A



trajetória de Bacha na UnB, naquela ocasião, pode ser entendida também como uma alternativa ao regime militar (BIEDERMAN; COZAC; REGO, 1996).

Destacam-se ainda no debate sobre a “Controvérsia de 70”, os brasilianistas Albert Fishllow e Jhon Wells. A presença de economistas vindos dos Estados Unidos foi facilitada por convênios que foram estabelecidos entre institutos de pesquisa daquele país, com institutos de pesquisa no Brasil. Fishllow em meados da década de 1960, como professor associado e tendo sido pesquisador do *National Bureau of Economics Research* (NBER), ocupou o posto de chefe do Centro de Estudos Latino Americanos de Berkeley, e partir daí passou a estreitar seus vínculos com o Brasi. Já Jhon Wells teve seus interesses pelas questões de desenvolvimento do Brasil por fazer parte do Centro de Estudos Latino-Americano, presente em Cambridge.

O economista Fishllow passou a ter os laços estreitos com o Brasil, tendo atuado na construção do IPEA. Porém, com o advento do Ato Institucional número 5 (AI-5), os laços entre University of California foram rompidos. Todavia, Fishllow ainda continuou seus estudos sobre o Brasil. Assim, este economista se engaja no entendimento da distribuição de renda no Brasil. Nesta análise, seu trabalho chega a conclusão semelhante à apresentada por Langoni, isto é, que os problemas de desigualdade no Brasil estão intimamente ligados à questão de acesso à educação, porém Fishllow chama atenção ainda para aspectos institucionais que colaboraram para a concentração da renda como inflação corretiva dos preços administrados, responsáveis pelo arrocho salarial. Assim, o aumento da desigualdade de renda está ligada às políticas adotadas durante o governo de Castelo Branco.

Considerações finais:

Esse artigo buscou revisitar as produções bibliográficas sobre a “Controvérsia de 70”. O cerne das produções gira em torno dos resultados do Censo divulgado no início de 1970 e também trouxe em seu bojo as dimensões da política econômica do governo Castelo Branco. De um modo geral, essas disputas lançam luz sobre diferentes autores, instituições e tipologia interpretativa, que, quando se rivalizam, dão sentido ao complexo



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

campo analítico da história do pensamento econômico no Brasil, em especial em disputa no início de 1970.

A controvérsia entre economistas colocava de um lado as interpretações oficiais, que visavam apaziguar os resultados acerca da distribuição de renda. Carlos Geraldo Langoni, apoiado pelo Ministro da Fazenda Delfim Netto, foi buscar explicações para estes resultados em formulações científicas. A péssima distribuição de renda, de acordo com essa ótica, tem a sua primazia no capital humano. Desse modo, as desigualdades de renda do período em questão estão calcadas na produtividade marginal de cada indivíduo.

De outro lado, os economistas de diferentes centros de pesquisas contestavam os resultados. Os autores aqui destacados usufruíram de diferentes metodologias e propostas de interpretação, mas em comum visavam contestar a explicação oficial. Neste sentido, os críticos visavam construir análises mais amplas, pois ensejaram contestar os resultados da política econômica vigente no período ditadura militar no Brasil.

No entanto, as investigações que contemplam a história do pensamento econômico ainda estão em construção. Sob esta perspectiva, tornam-se necessárias considerar que estes foram os primeiros passos para compreender a “Controvérsia de 70”. Assim, futuras pesquisas que se debrucem sobre ainda são necessárias.



Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). *O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*. In: Seminário Brasil-Chile: uma mirada hacia América latina y sus perspectivas. Santiago de Chile, jul. 2005.

BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luís F.L. e REGO, J.M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em 18 de Janeiro de 2018.

COELHO, Francisco da Silva. *Antonio Delfim Netto: formação e influência de suas análises sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs). *Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 423-444.

DEDECCA, Claudio Salvadori. *O Trabalho no Debate Econômico Brasileiro*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs). *Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 95-116.

FILHO, Alfredo Costa. *Paul Israel Singer*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs). *Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 455-464.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda e crescimento econômico*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (orgs). *Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 133-142.

LAGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Fundação Getulio Vargas Editora, 1997.



Um Debate Sobre A Distribuição De Renda: A “Controvérsia De 70” – Ender Lucas

Ferreira E Roberto Pereira Silva

MALTA, M. M. de. *et al. Ecos do Desenvolvimento. Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Ipea e Centro Celso Furtado, 2011.

SAES, Alexandre; SAES, Flávio. O Pensamento Econômico Brasileiro no Século XX: Uma Breve Nota Sobre as Principais Tendências e Rupturas. *Boletim Informações FIPE*, São Paulo, p. 44 - 52, 28 mar. 2016.

SAES, Alexandre; SAES, Flávio. Difusão de Ideias Econômicas no Brasil: Apontamentos Teórico-Methodológicos. *Boletim Informações FIPE*, São Paulo, p. 45 - 51, 01 jun. 2015

SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

TOLIPAN, R; TINELLI, A. (Orgs) *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.